

**CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL – CAU/BR****PARECER DA AUDITORIA INTERNA Nº 03/2016****PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CAU/AL DE 2015**

À

Comissão de Planejamento e Finanças do CAU/BR

1. INTRODUÇÃO

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL instruiu o processo de Prestação de Contas/Relatório de Gestão TCU referente ao exercício de 2015 segundo as diretrizes estipuladas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR e em consonância com as normas do Tribunal de Contas da União.

O presente Parecer é exigido e regulamentado pelos artigos 10, da Resolução CAU/BR nº 101/2015 e 6º, I, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015, e contempla a síntese das avaliações e dos resultados que fundamentaram a opinião, levados em consideração, também, os posicionamentos das instâncias deliberativas do estadual e da assessoria contábil do CAU/BR, e os apontamentos relevantes porventura existentes e parecer conclusivo da Auditoria Independente.

Registre-se que os exames de auditoria *in loco* foram realizados somente pela Auditoria Independente, restringindo-se esta Auditoria Interna do CAU/BR aos exames da formalização processual e dos dados de gestão orçamentária, financeira e patrimonial obtidos das demonstrações contábeis do Estadual.

2. CUMPRIMENTO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS

O artigo 9º da Resolução CAU/BR nº 101/2015 estabelece que a prestação de contas anual dos CAU/UF deve ser apresentada ao CAU/BR até o dia 31 de março do ano subsequente ao de referência.

Os Ofícios-Circulares CAU/BR nº 002 e 020/2016-PR encaminhados aos CAU/UF estipularam as diretrizes e cronograma de ações à consecução da Prestação de Contas/Relatório de Gestão TCU referente 2015, estendendo-se o prazo até **02/05/2016** para a sua conclusão, o que foi cumprido pelo CAU/AL.

**3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

3.1 Execução orçamentária 2015 – O orçamento do CAU/AL importou em R\$ 1.524.443,41, demonstrando a seguinte execução:

Especificação	Orçado	Realizado	Realizado/ Orçado	Rubrica/ Grupo
RECEITA	1.524.443,41	1.032.049,15	1	100,00%
Receita Corrente	1.130.547,10	1.032.049,15	91,29%	100,00%
Anuidades	435.039,10	411.407,42	94,57%	39,86%
RRT	606.672,00	513.161,74	84,59%	49,72%
Receitas Financeiras	73.543,00	84.309,33	114,64%	8,17%
Demais Receitas Correntes	15.293,00	23.170,66	151,51%	2,25%
Receita de Capital	393.896,31	1	1	1
Superávit Financeiro Exercício Anterior	393.896,31	1	1	1
DESPESA	1.524.443,41	971.064,86	63,70%	100,00%
Despesa Corrente	1.129.647,10	971.064,86	85,96%	100,00%
Pessoal e Encargos	496.689,27	434.117,86	87,40%	44,71%
Material de Consumo	23.085,18	6.704,46	29,04%	0,69%
Serviços de Terceiros	494.206,65	414.972,55	83,97%	42,73%
Fundo de Apoio	36.910,00	36.910,00	100,00%	3,80%
Convênios	41.087,00	40.999,00	99,79%	4,22%
Demais Despesas Correntes	37.669,00	37.360,99	99,18%	3,85%
Despesa de Capital	393.896,31	0,00	0,00%	0,00%
Superávit orçamentário		60.984,29		

¹ O superávit anterior não se trata de receita, incorporando o grupo apenas para o equilíbrio orçamentário.

3.1.1 Receitas principais – As receitas de arrecadação de anuidades (R\$ 411.407,42) e de taxas de Registros de Responsabilidade Técnica – RRT (R\$ 513.161,74), que compõem as principais receitas do Conselho, apresentaram desempenho satisfatório atingindo 94,57% e 84,59% dos valores orçados, respectivamente.

3.1.2 Superávit Financeiro Exercício Anterior – R\$ 393.896,31 – A utilização deste superávit para o equilíbrio orçamentário encontra-se prevista no artigo 43, § 1º, I, da lei nº 4.320/64, representados pela diferença entre os totais do Ativo Circulante e do Passivo Circulante ao final do exercício anterior (§ 2º do artigo citado), ou seja, R\$ 325.127,04 em 31/12/2014. Assim, a referida previsão de utilização encontra-se R\$ 68.769,27 a maior que o previsto legalmente.

Com base no Balanço encerrado em 31/12/2014, constatou-se que o CAU/AL considerou equivocadamente para os fins retro exposto, o valor de seu Caixa e Equivalentes de Caixa naquela data, ao invés do Superávit Financeiro do exercício anterior conforme previsto em Lei.



Entretanto, como a previsão de utilização do referido superávit foi aportada a Despesas de Capital, em conformidade ao item 3.5 das Diretrizes Orçamentárias do CAU para 2015, e não houve realização de tais despesas, a referida inadequação não causou dano ou influência à posição patrimonial do Conselho.

3.1.3 Despesas de Pessoal e Encargos – R\$ 434.117,86 – Corresponderam a 44,71% da despesa total. Com relação ao cumprimento do item 3.5 das diretrizes orçamentárias estipuladas pelo CAU/BR para 2015, o referido montante, deduzidas as despesas com diárias a funcionários (R\$ 32.300,00), representou 38,93% da receita arrecadada, abaixo do limite de 55% previsto na diretriz.

3.1.4 Serviços de Terceiros – R\$ 414.972,55 – As despesas com serviços de terceiros prestados por pessoas físicas e jurídicas representaram 42,73% da despesa total destacando-se as seguintes rubricas:

	R\$
Locação do Imóvel Sede/Condomínio e outras para eventos	77.729,37
Manutenção de Sistemas Informatizados (Ressarcimentos CSC ¹)	52.304,00
Consultoria Jurídica	45.045,00
Consultoria Contábil	40.457,32
Diárias de Conselheiros/Convidados	33.796,00
Passagens Conselheiros/Convidados/Funcionários	28.020,71
Remuneração de Estagiários	24.765,48
Locação de Equipamentos para Eventos/Veículo Fiscalização	20.849,00
Outras Despesas ²	92.005,67
Total	414.972,55

¹ CSC = Centro de Serviços Compartilhados – Estrutura dentro do CAU/BR que disponibiliza serviços de tecnologia da informação a todos os CAU/UF, como sistema de controle cadastral e financeiro dos profissionais registrados, websites, atendimento, etc, cujas despesas são pagas pelo CAU/BR e ressarcidas proporcionalmente pelos CAU/UF).

² Outras despesas – Rubricas de despesas que, tomadas individualmente, são pouco representativas em relação ao montante dos serviços de terceiros.

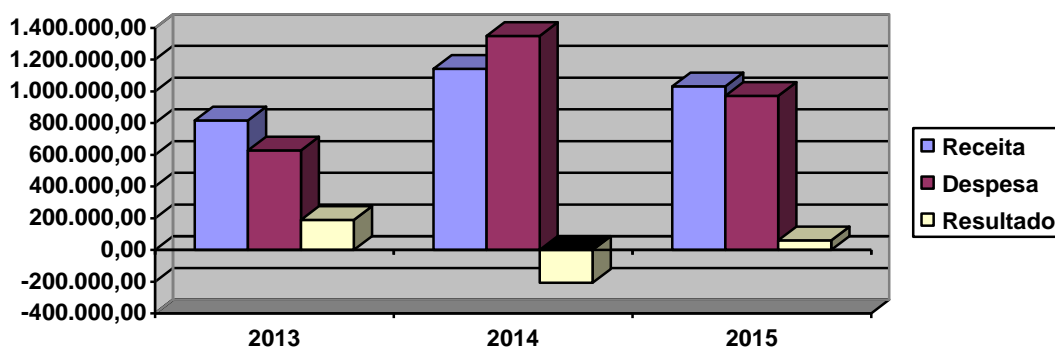
3.1.5 Despesa de Fundo de Apoio – R\$ 36.910,00 – Representou 3,80% da despesa total do CAU/AL, tratando-se de repasses de recursos ao CAU/BR para a formação do Fundo de Apoio Financeiro aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) previsto na Resolução CAU/BR nº 27/2012, consolidada pela Resolução CAU/BR nº 97/2014. Tais repasses são aprovados anualmente e realizados por cada Unidade do CAU, inclusive pelo CAU/BR e os CAU/UF beneficiários.

3.2 Execução orçamentária comparativa – Levando-se em consideração as principais naturezas de receita e de despesa, o Estadual apresentou o seguinte desempenho nos últimos três exercícios:



Em R\$

Especificação	2013	2014	2015
RECEITA	816.570,78	1.142.317,88	1.032.049,15
Receita Corrente	816.570,78	1.142.317,88	1.032.049,15
Anuidades	329.798,74	369.926,46	411.407,42
RRT	338.579,46	458.411,37	513.161,74
Receitas Financeiras	53.413,41	72.984,09	84.309,33
Fundo de Apoio	94.779,17	209.473,89	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	31.522,07	23.170,66
DESPESA	627.600,62	1.348.783,57	971.064,86
Despesa Corrente	620.101,89	799.890,57	971.064,86
Pessoal e Encargos	330.204,88	376.651,30	434.117,86
Material de Consumo	5.422,42	8.150,10	6.704,46
Serviços de Terceiros	222.798,97	352.867,42	414.972,55
Fundo de Apoio	42.280,28	26.302,00	36.910,00
Convênios	0,00	7.595,72	40.999,00
Demais Despesas Correntes	19.395,34	28.324,03	37.360,99
Despesa de Capital	7.498,73	548.893,00	0,00
Superávit/Déficit	188.970,16	(206.465,69)	60.984,29

3.2.1 Gráfico: Resultados orçamentários comparados 2013 – 2015**3.3 Resultados financeiro e patrimonial (comparativos) – Levando-se em consideração os grupos de contas, o CAU/AL apresentou a seguinte estatística nos últimos três exercícios:**

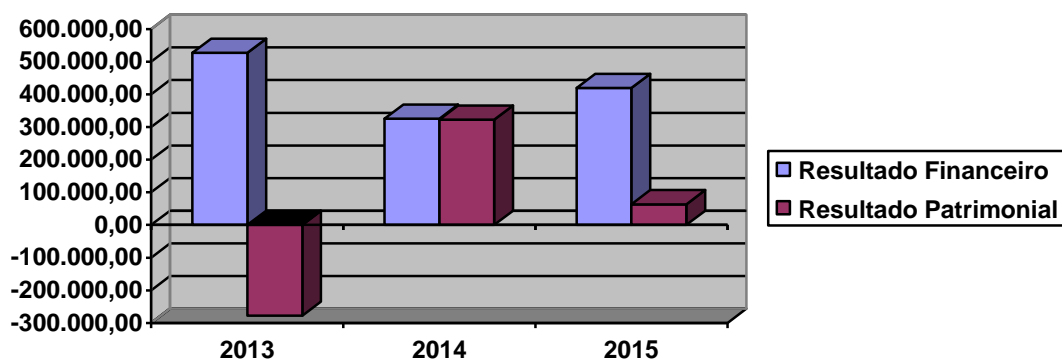
Em R\$

Especificação	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
ATIVO	656.156,00	998.288,10	1.037.684,11
Ativo Circulante	587.126,65	405.114,20	475.240,53
Disponível	586.815,92	393.896,31	416.958,02
Realizável	310,73	11.217,89	58.282,51
Ativo Não-Circulante	69.029,35	593.173,90	562.443,58
Imobilizado	69.029,35	593.173,90	562.443,58
PASSIVO	656.156,00	998.288,10	1.037.684,11
Passivo Circulante	60.044,81	79.987,16	55.850,30
Fornecedores	21.915,84	43.050,26	13.215,34
Provisões	38.128,97	36.936,90	42.634,96
Patrimônio Líquido	596.111,19	918.300,94	981.833,81
Resultados Acumulados	596.111,19	918.300,94	981.833,81



Em R\$

Especificação	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Superávit Financeiro Ativo Circulante menos Passivo Circulante	527.081,84	325.127,04	419.390,23
Superávit Patrimonial Aumento/Diminuição do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior	(277.952,97)	322.189,75	63.532,87

3.3.1 Gráfico: Resultados financeiros e patrimoniais comparados 2013 – 2015**4. PLANEJAMENTO**

A Assessoria de Planejamento e Gestão da Estratégia do CAU/BR opinou favoravelmente à aprovação do Plano de Ação executado pelo CAU/AL no exercício de 2015, com as devidas ressalvas quanto ao não atingimento do limite mínimo em comunicação e capacitação. Da síntese constante do referido parecer, destaca-se:

- Iniciativas estratégicas – efetividade 95,0%
- Aplicação dos recursos previstos 63,7%

4.1 Limites de aplicação dos recursos estratégicos

LIMITES		Valor Aprovado (R\$)	Valor Executado (R\$)	Execução (%)
Fiscalização (mínimo de 20 % do total da RAL)	Valor	241.476	179.430	74,3
	%	24,3%	20,8%	-3,5%
Atendimento (mínimo de 10 % do total da RAL)	Valor	612.020	602.106	98,4
	%	61,6%	69,9%	8,3%
Comunicação (mínimo de 3% do total da RAL)	Valor	50.000	23.456	46,9
	%	5,0%	2,7%	-2,3%



LIMITES		Valor Aprovado (R\$)	Valor Executado (R\$)	Execução (%)
Patrocínio (máximo de 5% do total da RAL)	Valor	10.000	10.000	100,0
	%	1,0%	1,2%	0,2%
Dois Objetivos Estratégicos (mínimo de 6 % do total da RAL)	Valor	112.240	69.720	62,1
	%	11,3%	8,1%	-3,2%
Reserva de Contingência (2 % do total da RAL)	Valor	19.877	-	-
	%	2,0%	0,0%	-2,0%
LIMITES		Valor Aprovado (R\$)	Valor Executado (R\$)	Execução (%)
Despesas com Pessoal (máximo de 55% sobre as Receitas Correntes. Não considerar despesas decorrentes de rescisões contratuais)	Valor	458.800	401.818	87,6
	%	40,6%	38,9%	-1,6%
Capacitação (mínimo de 2% e máximo de 4% do valor total das respectivas folhas de pagamento - salários, encargos e benefícios)	Valor	19.000	4.600	24,2
	%	4,1%	1,1%	-3,0%

5. POSICIONAMENTO DA ASSESSORIA CONTÁBIL DO CAU/BR

A empresa contratada pelo CAU/BR, responsável pela assessoria e análise contábeis junto aos CAU/UF, ATA Contabilidade e Auditoria, concluiu, face a não constatação de falha na Prestação de Contas do CAU/AL relativo ao exercício de 2015, que a mesma está em condições de ser aprovada pela Comissão de Finanças e pelo Plenário do CAU/BR.

6. POSICIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS DO CAU/AL

A Comissão de Administração e Finanças do CAU/AL emitiu a Deliberação nº 05 CAF-CAU/AL de 22/01/2016 pela aprovação das contas do Estadual relativas ao exercício de 2015, sem indicação de ponto de ressalva ou recomendação, posicionamento seguido pelo Plenário do CAU/AL, mediante a Deliberação nº 01/2016, de 28/01/2016.

7. AUDITORIA EXTERNA (INDEPENDENTE)

As contas do CAU/AL relativas ao exercício de 2015 foram auditadas pela empresa contratada pelo CAU/BR, a BDO RCS Auditores Independentes, responsável por expressar opinião sobre as demonstrações contábeis daquele conselho estadual, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.



A auditoria, resumidamente, é procedida por amostragem de procedimentos e registros para obtenção de evidência a respeito dos valores divulgados nas demonstrações contábeis, visando a avaliação dos riscos de distorção relevante nas mesmas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação, o auditor considera os controles internos relevantes, a adequação das práticas contábeis e a razoabilidade das estimativas contábeis para a elaboração e adequada apresentação daquelas demonstrações.

O Relatório dos Auditores Independentes integrante da Prestação de Contas do CAU/AL expressa opinião que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL, exceto quanto às ressalvas a seguir transcritas.

“Fundamentação quanto à vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Entidade possui registrado em 31 de dezembro de 2015, os montantes de R\$617.922 e R\$55.479 (R\$617.922 e R\$24.748 em 2014) referentes ao ativo imobilizado e depreciação acumulada, respectivamente. Entretanto, não nos foram apresentadas as fundamentações técnicas formais em relação aos percentuais das vidas úteis utilizados nos cálculos das depreciações dos bens do ativo imobilizado. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

Apresentação das notas explicativas às demonstrações contábeis

As notas explicativas às demonstrações contábeis requerem aprimoramentos para que estejam integralmente aderentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP), principalmente em função da não divulgação dos seguintes itens: i) ausência de divulgação das políticas contábeis adotadas na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis; ii) ausência de divulgação das composições analíticas das principais variações patrimoniais; iii) ausência de divulgação das alterações de políticas contábeis eventualmente efetuadas; iv) ausência de divulgação dos critérios de mensuração das principais estimativas contábeis incluídas às demonstrações contábeis, tais como, provisão para contingências, provisão de férias e 13º salário e valor justo dos ativos financeiros, se houver; v) ausência de divulgações das contingências classificadas como possíveis pela assessoria jurídica e não provisionadas; e vi) identificação e divulgação de partes relacionadas”.



8.1 Posicionamento desta Auditoria Interna frente ao da Independente (externa)

8.1.1 Fundamentação quanto à vida útil dos bens do ativo imobilizado

O CAU/AL demonstra a utilização dos percentuais estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal mediante a Instrução Normativa SRF nº 162/98, como os prazos de vida útil dos bens em decorrência do seu uso, desgaste e obsolescência. Neste ponto, cabível registrar que tais regramentos, advindos de órgão da receita fazendária federal, obtém-se presunção de consubstância técnica suficiente à sua utilização por esta autarquia pública. Ou que percentuais melhor definidos resultariam em diferenças irrelevantes sobre os registros contábeis da Instituição.

8.1.2 Apresentação das notas explicativas às demonstrações contábeis

Conforme a própria indicação da auditoria independente “as notas explicativas às demonstrações contábeis requerem aprimoramentos para que estejam integralmente aderentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades do setor público”. No entendimento desta Auditoria Interna, na compreensão do conceito de “falha formal” constante de diversos acórdãos emanados pelo Tribunal de Contas da União, o apontamento em apreço não é suficiente a ressaltar as contas do CAU/AL.

8.2 Parecer Conclusivo da Auditoria Interna

Em análise à formalização do processo de Prestação de Contas/Relatório de Gestão TCU pelo CAU/AL, aos aspectos de gestão demonstrados, posicionamentos das assessorias e instâncias deliberativas pertinentes, e ao relatório e parecer da Auditoria Independente, formamos opinião pela **regularidade** do referido processo e pelo envio do correspondente Relatório de Gestão ao Tribunal de Contas da União, nos termos da Decisão Normativa nº 146/2015.

Brasília/DF, 3 de maio de 2016.

Chefe da Auditoria – CAU/BR